



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 19ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE DEZEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Ratinho Júnior.

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 054.2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDHC. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2004, de 09.03.2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 054/2004**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O Deputado Tadeu Veneri apresentou o Projeto de Lei nº 054, de 2004, reiterando proposição apresentada anteriormente (Projeto de Lei nº 017/2003), visando estabelecer penalidades administrativas na prática de assédio moral, tipificando ainda a respectiva conduta.

Ba oportunidade, proferi voto divergente, no que fui acompanhado pela maioria dos integrantes desta Comissão, no sentido de que a proposição apresentada pelo nobre Deputado Tadeu Veneri, apesar de nitidamente lúdicas suas intenções, padeceria de vício formal, em razão de que versaria acerca de matéria cuja iniciativa é privativa do Exmo. Sr. Governador do Estado.

É apresentada agora a proposição acompanhada de Votos e Novos Fundamentos, pelo nobre Deputado autor. Segundo se infere na argumentação, a Assembléia Legislativa teria competência para legislar sobre a matéria analisada, *ex vi* do artigo 53 da Constituição do Estado.

De fato, tem a Assembléia Legislativa competência para legislar acerca da matéria, e sequer foi isso negado na oportunidade anterior. O que foi alegado não existir, na oportunidade, era legitimidade do Deputado autor da proposição para iniciar o processo de elaboração legislativa acerca da matéria.

Compete exclusivamente a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica das proposições legislativas.

É o relatório.

**Fundamentação**

A dúvida que existe é se a proposição colidiria com o que dispõe o artigo 66 da Constituição Estadual: “Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ... II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.”

Segundo o excelso Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 766/RS: “A locução constitucional ‘regime jurídico dos servidores públicos’, corresponde ao conjunto de normas que disciplinam os diversos aspectos das relações, estatutárias e contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes.”

Resta saber, portando, se a tipificação da nova modalidade de infração administrativa (“assédio moral”) que pretende a proposição sob análise cominar, se insere no conceito de **regime jurídico dos servidores públicos**.

Segundo Hely Lopes Meirelles, a locução “regime jurídico” trata-se dos proveitos “sobre ingresso no serviço (por concurso público), forma e limites de remuneração, deveres e direitos dos servidores, planos de carreira, investidas em cargos em comissão e funções de confiança e, ainda, casos de contratação por tempo determinado.” Tais disposições constituem o “estatuto” dos servidores públicos civis de cada uma das entidades estatais, aplicáveis às suas autarquias e fundações.

Ou seja, a locução “regime jurídico” trata das relações do servidor público com o Estado.

Ocorre que, analisando mais profundamente a matéria sobre a qual versa a proposição sob análise, observa-se claramente que sua finalidade não é a de disciplinar as relações do Estado com seus agentes, mas sim, dos próprios agentes entre si.

Daí que a matéria não se enquadra, propriamente, no inciso IX do artigo 53 da Constituição do Estado, mas sim no *caput* do dispositivo: “Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: ...”. Trata-se, pois, de competência legislativa residual (artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal).

Por se tratar, a iniciativa legislativa do Chefe do Executivo de exceção à regra geral de que compete ao Legislativo iniciar os projetos de lei, os dispositivos da Constituição Estadual e da Constituição Federal que atribuem a sujeitos ativos estranhos ao Legislativo a iniciativa legislativa, não admitem interpretação extensiva.

#### **Voto**

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição que, como se sabe, oportunamente poderá vir a receber emendas e reparos, inclusive no que diz respeito à redação, durante a tramitação do devido processo legislativo, nesta Casa de Leis, bem como, caso aprovada, será regulamentada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 017/2003**

#### **P A R E C E R :**

#### **Voto e Novos Fundamentos**

Em 20 de fevereiro de 2003, o Deputado Tadeu Veneri protocolou o projeto de lei que ‘dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais’.

A proposição foi autuada sob o nº 017/2003.

O presidente da Comissão designou o Deputado Nelson Justus como relator da proposição.

O relator deu seu parecer favorável à tramitação e opinou pela aprovação do projeto de lei.

O membro da Comissão, Deputado Delegado Bradock exarou novo parecer manifestando-se pela não tramitação da proposição sustentando a existência de vício de inconstitucionalidade formal, relativamente à Constituição Estadual. Segundo o deputado, haveria vício de origem por ser matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo.

Em que pese as preocupações do Deputado Delegado Bradock, é fundamental que apresentemos novos argumentos no sentido de que a proposição possa seguir sua tramitação regimental.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem competência para legislar sobre a matéria analisada. Observe-se o artigo 53 da Constituição Estadual:

‘Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade.’

Sendo de competência da Assembléia Legislativa analisar a matéria, passe-se a debater a existência ou não do vício de origem.

A presente proposição não visa alterar o Regime Jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná, não visa o provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

O projeto em tela objetiva tão somente inserir no ordenamento jurídico do Estado do Paraná a possibilidade de punir a tirania no serviço público.

A adoção de controle sobre o denominado assédio moral, que foi definido no parágrafo 1º do artigo 1º da proposição, amplia as possibilidades de atuação estatal no sentido de humanizar as relações de trabalho no âmbito da Administração Pública.

Não se pretende com essa proposição tipificar crime e cominar pena, mas tão somente estabelecer sanções de natureza administrativa aplicáveis aos servidores que vieram a adotar as práticas descritas no já mencionado parágrafo.

Ressalte-se que tramita no Congresso Nacional projeto de lei alterando o Código Penal e tipificando o crime de assédio moral e cominando penas à sua prática.

Em diversas cidades do país, parlamentares tiveram iniciativas similares, as proposições foram aprovadas e se transformaram em leis. As cidades que já possuem lei com esse caráter podem ser identificadas no site [www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org).

Diversas outras leis, aparentemente eivadas de vício de iniciativa, foram aprovadas pelo Parlamento, passaram a integrar ordenamento jurídico e cumprem importante papel social. Matéria de tamanha importância social não pode ser afastada do debate a ser feito por todos os deputados estaduais. Além de todo o dito na justificativa da proposição, acrescentamos aqui novos elementos para demonstrar a importância da iniciativa.

Os efeitos do denominado assédio moral têm sido danosos e causado outros problemas nas relações de trabalho. A síndrome do esgotamento ou Síndrome de Burnout tem entre suas causas o assédio moral.

A título de ilustração, anexamos a esse parecer importantes artigos sobre a mencionada síndrome.

Sobre o alegado vício de iniciativa é importante destacar que matérias envolvendo servidores públicos também podem ser iniciativas no Legislativo. Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

‘Vencimento. Data. Limite para satisfação.

Constituição do Estado. Não vulnera o princípio da iniciativa do Executivo para propor projeto de lei sobre servidores públicos preceito da Carta do Estado que revê data-limite para a satisfação dos vencimentos’ (STF - 2ª T. Rext. nº 172.464/RJ - Rel. Ministro Marco Aurélio, Diário da Justiça, Seção I, 5 de fevereiro de 1999, p. 28).

Em face de todo o exposto e considerando a importância da matéria para o conjunto do funcionalismo do Paraná e para a qualidade do serviço público prestado é que indicamos à Comissão de Constituição e Justiça a aprovação do parecer do Deputado Nelson Justus e possa a proposição seguir sua tramitação regimental.

Se esse for o entendimento dessa Comissão, a matéria poderá ir a Plenário e ser debatida pelos 54 Deputados do Paraná.

São esses os argumentos favoráveis à tramitação regimental da proposição. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.05.2003.

(a) TADEU VENERI

Presidente e Relator

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 54/2004

### P A R E C E R :

#### Relatório

O Deputado Tadeu Veneri apresentou o Projeto de Lei nº 54, de 2004, visando estabelecer penalidades administrativas na prática de assédio moral, tipificado ainda a respectiva conduta.

Aprovada pelas Comissões que já se manifestaram a respeito do projeto de lei referenciado, foi encaminhada a proposição para esta Comissão de Segurança Pública, a que cumpre manifestação nos termos do Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 10.

É o relatório.

#### Fundamentação

Dispõe o Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 10; A Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

Na medida em que visa estabelecer penalidades administrativas, não parece guardar a proposição qualquer relação com questões de ordem e segurança pública, vez que a matéria trata do assédio moral no âmbito interno da Administração.

Já no que concerne à aplicabilidade das disposições no âmbito da Polícia Civil e Militar, a questão é diferente, exigindo efetiva manifestação desta Comissão no que diz respeito ao mérito da proposição.

Lembramos que tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar têm regulamentação própria e específica, inclusive de ordem constitucional, ressaltando que a Constituição do Estado estabelece que:

“Art. 4º -...

§ 1º - A função civil fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

Art. 48 - À Polícia Militar, força estadual instituição permanente e regular organizada com base na hierarquia e disciplina militar, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Parágrafo Único - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até coronel.”

Ao menos aparentemente, parecem conflitar as noções de disciplina e hierarquia que devem pautar o exercício das funções policiais civil e militar, com o conceito de assédio moral, que é de grande fluidez e imprecisão, ante a carga de subjetividade que implica.

As condições especiais da vida militar exigem a formação de um corpo específico de normas, e também um órgão julgador especializado, bem assim o entendimento do Professor Moreira Alves, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal: “sempre haverá uma Justiça Militar, pois o juiz singular, por mais competente que seja, não pode conhecer das idiossincrasias da carreira das armas, não estando pois em condições de ponderar a influência de determinados ilícitos na hierarquia e disciplina das Forças Armadas”.

O parágrafo 2º do artigo 14, do Estatuto dos Militares, assim conceitua “Disciplina”: É a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do

dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo”.

José Wasth Rodrigues, em seu “Dicionário Histórico-Militar, nos ensina: “A Instituição do Exército Permanente é mantida pela disciplina, que nos vem desde a antiguidade grega e romana, como a “lei de soldado”, consistindo na obediência que o inferior deve prestar ao superior, ou na integral observância dos regulamentos militares”.

O estatuto dos Militares, reza, em seu artigo 14, o seguinte: “A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico”. O parágrafo 1º deste mesmo artigo preceitua: “A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade”.

Tais conclusões e definições podem também, guardadas as devidas peculiaridades, ser aplicada à Polícia Civil, igualmente submetida constitucionalmente aos pressupostos de **hierarquia e disciplina**, como se viu.

A disciplina, no âmbito das Polícias Civil e Militar, é superlativa coercitiva, e isso se faz necessário para manter-se a **integridade das próprias instituições**.

Sendo assim, considerando a condição especial das Polícias Civil e Militar, submetidas à normatização própria, diversa do estatuto dos Funcionários Públicos em geral, entende esta Comissão que é prudente ressaltar no projeto de lei em questão que os funcionários públicos policiais civis e militares continuam submetidos **exclusivamente** ao que dispõem as leis especiais que lhes são aplicáveis.

#### **Voto**

Pelo exposto, o parecer desta Comissão é no sentido de que sejam expressamente afastados da incidência do projeto de lei em análise os Policiais Civis e Militares, que se sujeitam ao regime especial de disciplina e hierarquia, mediante a inclusão, no projeto de lei de dispositivo com essa finalidade. Sendo assim, o parecer é favorável ao projeto de lei, mas com a redação que ora se propõe, em anexo.

Sala das Comissões, em 27.10.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 54/2004

**P A R E C E R :**

#### **Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 54/2004 de iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de “Assédio Moral” nas dependências da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta por servidores públicos estaduais.

#### **Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando-se que trata de iniciativa de grande mérito e interesse social.

#### **Da Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente e Relator

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei 8.013, de 14.12.84 (doação de imóvel ao Município de Presidente Castelo Branco). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 269/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori institui dar nova redação ao artigo 1º da Lei 8.013 de 14.12.84 (Doação de Imóvel ao Município de Presidente Castelo Branco).

Na essência, o projeto modifica a Lei nº 8.013, de 14.12.84 autorizando ao Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra nº 09, da quadra 13, com área global de 957,00 m², do Jardim Horizonte, da Planta Urbana da referida cidade, registro nº R-3/5643, ficha 1, livro 2, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Quanto aos aspectos formais e legais não há nada que obste a tramitação regimental da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 269/2004

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de iniciativa do eminente Deputado Luiz Nishimori, já aprovado quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, propõe seja alterada a lei que autorizou a doação de imóvel do Estado do Paraná para o Município de Presidente Castelo Branco, para fins apenas de corrigir incorreção no nome

do Município donatário, onde faltou a palavra “Presidente”.

#### **Voto e Fundamentação do Relator**

Absolutamente pertinente a proposição de corrigir o nome do Município de Presidente Castelo Branco. Assim não resta qualquer dúvida quanto ao mérito do projeto de lei sob exame.

#### **Conclusão**

Por conseguinte, somos de parecer favorável ao mérito do Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do ilustre Deputado Luiz Nishimori, por ter fundamento em sua proposição.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que denomina Dona Margarida Langer, o trecho da PR-427, entre os Municípios da Lapa e Campo do Tenente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04.08.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/2004

#### **P A R E C E R :**

##### **Relatório**

Da autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, o presente projeto visa denominar de Dona Margarida Langer o trecho da PR-427, que liga os Municípios da Lapa a Campo do Tenente.

##### **Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, sendo necessário, todavia, baixar diligência junto ao DER Departamento de Estradas de Rodagens, para verificar se a referida estrada já possui ou não denominação.

##### **Conclusão**

Assim, sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei, aguardando, porém, posicionamento do DER.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 267/2004

#### **P A R E C E R :**

##### **Relatório**

O presente projeto de lei, de iniciativa do eminente Deputado Natálio Stica, já aprovado quanto a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, propõe seja

denominado da Dona Margarida Langer, o trecho da PR-427, que liga os Municípios de Lapa a Campo do Tenente.

#### **Voto e Fundamentação do Relator**

Inexistindo denominação específica anterior para o referido trecho da rodovia estadual que liga os dois Municípios acima nominados, entendemos plausível batizar a mencionada estrada com o nome de uma ilustre cidadã. (Com os predicados já expostos nos fundamentos da presente proposição, nada mais justo a escolha de Dona Margarida Langer, que, com muita obstinação, há mais de trinta anos passados, instalou naquela região o Lar Lapeano de Saúde, e que ainda funciona na atualidade.

Assim, no mérito, chamada esta Comissão para se manifestar, somos pelo parecer da absoluta procedência do projeto de lei de iniciativa do Deputado Natálio Stica, no sentido de homenagear a ilustre cidadã da Lapa, senhora Margarida Langer, com a denominação da rodovia 427, no trecho entre os Município da Lapa e Campo do Tenente, com o seu nome.

#### **Conclusão**

Por conseguinte, somos de parecer favorável ao mérito do Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do ilustre Deputado Natálio Stica, por ter fundamento em sua proposição.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na emissão do boletim de ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas para instrução de pedido de auxílio-doença perante o INSS e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2004, de 16.08.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 305/2004

#### **P A R E C E R :**

##### **Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 305/2004 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Rafael Greca, dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na emissão do boletim de ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas para instrução de pedido de auxílio-doença perante o INSS e dá outras providências.

##### **Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca dar meios ao cidadão paranaense, vítima de acidente de trânsito, para que obtenha o respectivo boletim de ocorrência perante o

DETRAN sem obstáculos financeiros para o requerimento de benefícios previdenciário.

O presente projeto de lei apresenta-se acolhido pela ordem jurídica vigente no que tange à constitucionalidade, uma vez que não se trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Governador, ademais de cunho favorável no que tange à segurança pública, visto que acidentes de trânsito estão diretamente ligados a este tema o qual inequivocamente necessita de agilidade e gratuidade.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 305/2004, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tão pouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 305/2004

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do nobre Deputado Estadual Rafael Greca, dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na emissão do Boletim de Ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas para instrução de pedido de Auxílio-Doença perante o INSS e dá outras providências.

Chamada a Comissão de Saúde Pública a manifestar-se de acordo com o Regimento Interno, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 305/2004, por tratar-se de um projeto que visa beneficiar os cidadãos paranaenses da cobrança de uma taxa pelo DETRAN para emissão de Boletim de Ocorrência, muito bem definido em seu artigo 2º, bem como o parecer favorável da Comissão e Justiça, muito bem fundamentado pelo eminente Deputado Relator Delegado Bradock.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2004, que

estima a receita fixa e a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2005, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CO.

PROJETO DE LEI Nº 351/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

#### **Seção I**

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

#### **Seção II**

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$17.132.414.560,00 (dezessete bilhões, cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$1.178.140.790,00 (um bilhão, cento e setenta e oito milhões, cento e quarenta mil, setecentos e noventa reais), ficando despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$15.954.273.770,00 (quinze bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e setenta reais).

Parágrafo Único - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 34 de Lei Estadual nº 14.468, de 21 de julho de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

<b>EM R\$ 1,00</b>	
<b>1. Receitas de Recolhimento Centrado Brutas</b>	<b>R\$ 14.464.029.410</b>
1.1 Receitas Correntes	R\$ 12.652.899.150
1.2 Receitas de Capital	R\$ 1.811.130.260
<b>2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquida</b>	<b>R\$ 13.285.888.620</b>
2.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$ 12.652.899.150
2.2 Deduções para o FUNDEF (-)	R\$ 1.178.140.790

2.3 Receitas Correntes - Líquidas para a Fixação da Despesa	R\$ 11.474.758.360
2.4 Receitas de Capital	R\$ 1.811.130.260
<b>3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive Transferência do Tesouro Estadual)</b>	R\$ 1.639.669.120
3.1 Receitas Correntes	R\$ 1.426.842.770
3.2 Receitas De Capital	R\$ 212.826.350
<b>4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive Transferência do Tesouro Estadual)</b>	R\$ 1.028.716.030
4. Receitas Correntes	R\$ 775.615.030
4.2 Receitas de Capital	R\$ 253.101.000
<b>5. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa</b>	R\$ 15.954.273.770
5.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$ 14.855.356.950
5.2 Deduções para o FUNDEF (-)	R\$ 1.178.140.790
5.3 Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 13.677.216.160
5.4 Receitas de Capital	R\$ 2.277.057.610

Art. 3º - A previsão de receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, objeto de Lei Complementar nº 115/02.

§ 1º - As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º - Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefício fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoantes determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### Seção III

#### Dos Orçamentos

Art. 4ª - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 14.925.5557,740,00 (quatorze bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.100.389.030,00 (um bilhão, cem milhões, trezentos e oitenta e nove mil e trinta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV, desta lei.

Art. 6º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º - As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º - A Reserva de Contingência consta do Anexo III, desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 7.101.460,00 (sete milhões, cento e um mil, quatrocentos e sessenta reais).

Art. 9º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V, desta Lei.

Art. 10 - O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 49, da Lei Estadual nº 14.468 de 21 de julho de 2004 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, está apresentado no Anexo VI, desta Lei.

### Seção IV

#### Das Correções dos Orçamentos

Art. 11 - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2004, serão atualizados, antes do início da execução orça-



mentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2004, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais, por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências Federais.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operacionais Especiais.

### Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimentos de

Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos às formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - proceder até o limite de 40% (quarenta por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VII - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VIII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 40% (quarenta por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

IX - abrir créditos adicionais para proceder de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

Art. 14 - Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações procedidas com base nas autorizações contidas no artigo 13, desta lei.

Art. 15 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

### Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder às suas eventuais descentralizações.

### Seção VII

#### Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 19 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserida pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por forma da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### Seção VIII

#### Das Disposições Gerais

Art. 21 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os

respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta Lei.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir saldos financeiros existentes no Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, no decorrer do exercício financeiro de 2.005.

Art. 25 - O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006, conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 14.468 de 21.07.2004.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

### TABELA DE GRUPO DE FONTES

Código	Especificação
01	Recursos Próprios do Tesouro
09	Convênios do Tesouro
15	Operações de Crédito do Tesouro
16	Salário Educação
45	FUNDEF
95	Recursos de outras fontes

### TABELA DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Código	Especificação
20	Transferências à União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal

**TABELA DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>
40	Transferências à Municípios
50	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
60	Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos
70	Transferências à Instituições Multigovernamentais Nacionais
80	Transferências ao Exterior
90	Aplicações Diretas
99	A definir

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES APLICADOS SEGUNDO OS PROGRAMAS DO GOVERNO R\$ 1,00**  
**ORÇAMENTO FISCAL E PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

<b>Especificação</b>	<b>Tesouro</b>	<b>Outras Fontes</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Educação	2.020.238.700	29.004.610	2.049.243.310	13,73
Desenvolv. do Ens. Sup. e da Ciênc. e Tecnol.	402.434.180	213.665.130	616.099.310	4,13
Ação e Inserção Cultural	63.275.340	2.780.500	66.055.840	0,44
Bons Caminhos	158.319.210	23.000.000	181.319.210	1,21
Resgate do Porto Público	0	189.505.000	189.505.000	1,27
Coordenação da RMC	103.997.760	71.500	104.069.260	0,70
Meio Ambinete	92.729.210	81.137.000	173.866.210	1,16
Desenvolvimento Urbano e Regional	201.140.520	0	201.140.520	1,35
Desenvolvimento da Agropecuária	313.962.680	91.889.930	405.852.610	2,72
Desenvolvimento da Produção	19.203.000	15.696.500	34.899.500	0,23
Desenvolvimento do Turismo	45.813.850	1.649.000	47.462.850	0,32
Trabalho e Renda	47.167.580	0	47.167.580	0,32
Leite das Crianças	50.300.000	0	50.300.000	0,34
Saúde	810.167.580	593.170.780	1.403.338.360	9,40
Assistência Social	98.240.400	37.591.900	135.765.300	0,91
Casa da Família	34.088.000	0	34.088.000	0,23
Segurança Cidadã	703.580.040	204.228.750	907.808.790	6,08
Justiça	261.650.060	4.352.100	266.002.160	1,78
Planejamento e Coordenação Geral	13.348.980	507.000	13.855.980	0,09
Administração Pública	240.488.990	9.556.290	250.045.280	1,68
Paraná Fiscal	164.371.610	0	164.371.610	1,10

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES APLICADOS SEGUNDO OS PROGRAMAS DO GOVERNO R\$ 1,00**  
**ORÇAMENTO FISCAL E PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Informação	2.229.850	133.600	2.363.450,	0,02
Apoio Administrativo	149.676.290	59.937.650	209.613.940	1,40
Ação pela Cidadania	166.656.020	4.515.000	171.171.020	1,15
Ação Legislativa	149.759.500	0	149.759.500	1,00
Serviço de Controle Externo ao Estado - TC	71.731.910	0	71.731.910	0,48
Ação Judiciária	377.787.740	41.845.770	419.633.510	2,81
Obrigações Especiais	6.523.529.620	35.501.110	6.559.030.730	43,95
<b>TOTAL</b>	<b>13.285.888.620</b>	<b>1.639.669.120</b>	<b>14.925.557.740</b>	<b>100,00</b>

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**PROJETO DE LEI Nº 351/2004**

**P A R E C E R :**

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 24/2004.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 5139 emendas, tendo sido acolhidas destes totais 2638 emendas, sendo 2163 emendas à despesa, 458 emendas ao conteúdo programático e 17 ao texto da lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) para todas as áreas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais, tais elementos merecem acatamento por parte deste relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Srs. Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 239.033.713,00 (duzentos e trinta e nove milhões, trinta e três mil e setecentos e treze reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontada por esta Comissão dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o máximo do valor original. Salienta-se que naquele montante estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões de lideranças.

É de se notar que, ao acatar 2163 Emendas à Despesa, respeitou-se à prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este relator entendeu por bem alterar o artigo 12 no texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência Parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se con-

cretizará pelo acatamento das mesmas, obedecendo-se à tecnicidade do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**SUBSTITUTIVO GERAL AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 351/2004**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Seção I**

**Das Disposições Comuns**

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

**Seção II**

**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 17.132.414.560,00 (dezessete bilhões, cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$ 1.178.140.790,00 (um bilhão, cento e setenta e oito milhões, cento e quarenta mil, setecentos e noventa reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 15.954.273.770,00 (quinze bil-

hões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e setenta reais).

Parágrafo Único - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o

artigo 34 da Lei Estadual nº 14.468, de 21 de julho de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

<b>EM R\$ 1,00</b>	
<b>1. Receitas de Recolhimento Centrado Brutas</b>	R\$ 14.464.029.410
1.1 Receitas Correntes	R\$ 12.652.899.150
1.2 Receitas de Capital	R\$ 1.811.130.260
<b>2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquida</b>	R\$ 13.285.888.620
2.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$ 12.652.899.150
2.2 Deduções para o FUNDEF (-)	R\$ 1.178.140.790
2.3 Receitas Correntes - Líquidas para a Fixação da Despesa	R\$ 11.474.758.360
2.4 Receitas de Capital	R\$ 1.811.130.260
<b>3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (exclusive Transferência do Tesouro Estadual)</b>	R\$ 1.639.669.120
3.1 Receitas Correntes	R\$ 1.426.842.770
3.2 Receitas De Capital	R\$ 212.826.350
<b>4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive Transferência do Tesouro Estadual)</b>	R\$ 1.028.716.030
4. Receitas Correntes	R\$ 775.615.030
4.2 Receitas de Capital	R\$ 253.101.000
<b>5. Total da rEceita Líquida para Fixação da Despesa</b>	R\$ 15.954.273.770
5.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$ 14.855.356.950
5.2 Deduções para o FUNDEF (-)	R\$ 1.178.140.790
5.3 Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 13.677.216.160
5.4 Receitas de Capital	R\$ 2.277.057.610

Art. 3º - A previsão de receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, objeto da Lei Complementar nº 115/02.

§ 1º - As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º - Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### **Seção III**

#### **Dos Orçamentos**

Art. 4º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 14.925.557,740,00 (quatorze bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.100.389.030,00 (um bilhão, cem milhões, trezentos e oitenta e nove mil e trinta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV, desta lei.

Art. 6º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º - As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º - A Reserva de Contingência consta do Anexo III, desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 7.101.460,00 (sete milhões, cento e um mil, quatrocentos e sessenta reais).

Art. 9º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V, desta lei.

Art. 10 - O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 49, da Lei Estadual nº 14.468 de 21 de julho de 2004 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, está apresentado no Anexo VI, desta Lei.

#### **Seção IV**

##### **Das Correções dos Orçamentos**

Art. 11 - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30 de junho de 2004, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2004, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais, por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, à correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita

de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

#### **Seção V**

##### **Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras**

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios e com Sentenças Judiciais, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite de 5% (cinco por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 9% (nove por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - proceder até o limite de 15% (quinze por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 15% (quinze por cento), por Unidades Orça-

mentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VIII - abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

Art. 14 - Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações procedidas com base nas autorizações contidas no artigo 13, desta Lei.

Art. 15 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta Lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do artigo 35, parágrafo 3º da Lei nº 14.468, de 21 de junho de 2004 a conceder aos servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis nºs 13.666/2002 e 9.547/2001, reajuste salarial no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses que antecede à data base.

Art. 18 - O Poder Executivo deverá alterar o anexo VI, desta Lei, a fim de incluir na base de cálculo dos limites apurados para os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, as receitas arrecadadas sob o título de Transferência Financeira - LC nº 87/96, código: 1721.09.01, preservando-se os percentuais estabelecidos no artigo 6º da Lei nº 14.468, de 21 de junho de 2004.

Art. 19 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

## **Seção VI**

### **Das Centralizações de Recursos**

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

## **Seção VII**

### **Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário**

Art. 21 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei, por forma da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **Seção VIII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 22 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta Lei.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas pelo Poder Legislativo.

Art. 25 - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir saldos financeiros existentes no Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, no decorrer do exercício financeiro de 2005.

Art. 26 - O saldo financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006, conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 14.468 de 21.07.2004.

Art. 27 - As receitas provenientes de excessos de arrecadação, ao longo da execução orçamentária de 2005, serão destinadas através da abertura de créditos adicionais, as despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 28 - Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recursos o remanejamento da Dotação: 01031272.000 - Processo Legislativo, meta do Legislativo destinada a:

Implantar, estruturar e prover o quadro de servidores (projeto) 01.

Art. 29 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional limitado em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para o Fundo Estadual de Cultura - FEC, dotação: 5160.13392032.276, incluindo-se nas suas metas a instituição do "Programa de Fomento ao Teatro no Estado do Paraná", aquisição da "Sede da Casa de Cultura da Universidade Estadual de Londrina - Centro Integrado de Cultura" e a criação de "Centros Técnicos Audiovisuais do Paraná", utilizando como recursos o excesso de arrecadação do grupo de Fonte 01, nos termos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2005, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Coordenação da Região Metropolitana de Londrina, e o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Coordenação da Região Metropolitana de Maringá, utilizando como recursos o excesso de arrecadação do Grupo de Fontes 01, nos termos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para atender as disposições contidas no Anexo VII, desta Lei, suportadas pela dotação 3900.06181192.129, até o limite destas, utilizando como recursos parte da Receita de Serviços de Inspeção e Fiscalização - Código: 1.6.0.0.14.00, consignada no orçamento do Departamento de Trânsito do Paraná - DET-RAN, procedendo à conversão de fontes do Grupo de Fontes 95 para o Grupo 01.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2005, novo programa para execução de pavimentação urbana (Vias Públicas Municipais) com tecnologia alternativa, em parceria com o Governo Federal, através da PETROBRAS.

Art. 33 - Adicionar ao Programa de Trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recursos o remanejamento da dotação: 01031272.000 - Processo Legislativo - Meta destinada a:

Promover ações de assistência médica e previdenciária aos agentes políticos e servidores - (projeto) Qtde: 02.

Art. 34 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes decorrentes do incremento da arrec-

adação provocado pela receita de compensação financeira, realizada entre o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, nos termos do artigo 201 da Constituição Federal, classificada sob os códigos: 1210.2921 - Contribuição do Servidor Ativo e 12102922 - Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista, a serem computadas na fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social, da ordem de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) suplementando-se as dotações de Pessoal e Encargos das instituições de Ensino Superior.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo autorizado a recompor, nos termos da Proposta Original, as dotações que servirão de recursos para atender as proposições parlamentares, dispostas no Anexo VII, até o limite destas, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, dando ciência à Assembléia Legislativa, vedada a utilização dos recursos dispostos no Anexo VII.

Art. 36 - Passam a fazer parte integrante da presente Lei, os anexos VII, VIII e IX, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano, Neivo Beraldin e Durval Amaral.

Por se tratar de matéria orçamentária, já será votada em 1ª discussão o substitutivo da Comissão de Orçamento.

Em discussão. Em votação.

**Aprovado.**

Amanhã estará em 2ª discussão e em 3ª discussão, a Lei Orçamentária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 093, 301 e 302/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262, 281 e 476/2004.



---

Levanta-se a Sessão,